AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema – SP

Luís Renato Silva Taveira[1]
Julieta Teresa Aier de Oliveira[2]

Resumo: A política de assentamentos rurais do governo do estado de São Paulo, conduzida pela Fundação Itesp, possui um serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) próprio, pensado para atender às demandas específicas de seu público. Este artigo procura verificar se o serviço de extensão rural da Fundação Itesp corresponde às expectativas dos agricultores assentados e se características socioeconômicas interferem nesta apreciação individual. A pesquisa foi realizada nos assentamentos rurais Santa Rosa e Rancho Grande, situados no Pontal do Paranapanema – SP. Primeiramente foram realizadas entrevistas qualitativas com assentados selecionados por amostra intencional para obtenção dos parâmetros de avaliação do serviço de ATER. A partir deste material elaborou-se um questionário com questões objetivas e diretas que foi aplicado a uma amostra aleatória maior, da qual se obteve as apreciações individuais. A análise estatística de correspondências múltiplas, seguida da classificação hierárquica ascendente, indicou a existência de sete grupos homogêneos de agricultores assentados, evidenciando a influência das características socioeconômicas nas apreciações

[1] Mestre em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas, Perito Federal Agrário, INCRA. Av. Afonso Pena, 3500. CEP 30130-009 – Belo Horizonte/MG. E-mail: luis.taveira@ig.com.br
[2] Doutora em Engenharia Agrícola, Pesquisadora da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP. Caixa postal 6011. Cep. 13083-970 – Campinas/SP. E-mail: julieta@agr.unicamp.br

feitas. Observou-se a existência de grupos satisfeitos e insatisfeitos com os serviços de ATER, o que demanda flexibilização das abordagens da Fundação aos distintos públicos existentes nos assentamentos.

Palavras-chave: assentado rural, análise de correspondências múltiplas, escala Likert.

Classificação JEL: Q16 – R&D; Agricultural Technology; Agricultural Extension Services

***Abstract**: The policy of São Paulo State Government rural settlements, conducted by the Itesp Foundation, has its own technical assistance and rural extension service, brainstormed to attend its public specific demands. This article seeks to check if Itesp's rural extension program satisfies its settled beneficiaries and if social-economic characteristics interfere in this individual judgment. The research was drawn at Santa Rosa and Rancho Grande settlements, Holy Rose and Big Ranch, respectively, both located at Paranapanema Pontal – SP, Unfortunate River Branch, according to native language. At first interviews concerning quality were conducted amongst settlers, selected intentionally to obtain evaluation parameters of ATER's service. Elaborated with these results, a direct and objective questionnaire was applied to a larger random sample, from which individual appreciations were attained. The statistical analysis of multiple correspondences, followed by ascendant hierarchic classification, indicated the existence of seven homogenous settler groups, demonstrating the influence of social-economic traits in individual ratings. The existence of settlers both satisfied and unsatisfied with ATER's service was noticed, which demands more flexible approaches by the Foundation towards divergent beneficiaries.*

***Keywords:** rural settlement, analysis of multiple correspondences, Likert´s scale*

JEL classification: Q16 – R&D; Agricultural Technology; Agricultural Extension Services

1. Introdução

A abertura política ocorrida no Brasil a partir de fins da década de 1970 criou espaço para o ressurgimento de movimentos sociais sufocados pela ditadura militar. Os movimentos pela democratização do acesso à terra induziram, desde então, o surgimento de diversas políticas de assentamentos rurais, em nível estadual e nacional, cujo caráter pulverizado não configura um profundo processo de reforma agrária, mas já é capaz de alterar dinâmicas sociais, econômicas e políticas nas regiões onde há maior concentração de assentamentos (LEITE et al., 2004).

Essas políticas estão inseridas no contexto de revalorização e de retorno ao meio rural, segundo Wanderley (2000), e os agricultores assentados, após um doloroso processo de exclusão e expulsão, afastando-se de suas raízes, precisam reaprender a organizar a produção e re-elaborar suas relações sociais. Por suas características e demandas específicas, necessitam de um serviço de extensão rural adaptado.

Desde 1986 há um processo de questionamento do papel da extensão rural pública brasileira que, historicamente, atuou a favor da penetração do capitalismo na agricultura, processo que levou à exclusão social de milhares de famílias de pequenos agricultores, provocando forte êxodo rural e concentração fundiária. Nesse processo, a dimensão educativa da extensão rural deveria ser valorizada, conforme Freire (1977). Novas temáticas estão sendo incorporadas aos poucos, como o atendimento preferencial à agricultura familiar (CAPORAL e COSTABEBER, 1994), a adoção de tecnologias de base sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2000) e a participação (PINTO, 1998). Esse questionamento consolida-se na recente Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2004). Entretanto, observa-se que ainda persiste um distanciamento entre o discurso renovador e a prática presa a velhos dogmas difusionistas. A proposta extensionista da Fundação Itesp[3] para os assentamentos rurais pau-

[3] O Itesp foi criado em 1991 (decreto nº 33.133) a partir da fusão dos Departamentos de Assuntos Fundiários e de Regularização Fundiária. Em 1995 foi transformado em Fundação (lei nº 10.207/99), consolidando institucionalmente as atribuições que nos anos anteriores haviam sido incorporadas à sua missão - mediação de conflitos, capacitação de agricultores e atendimento a comunidades quilombolas – e, então, recebendo a denominação de Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva".

listas, cristalizada na publicação *Cultivando Sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária*, da série Cadernos Itesp (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998), adota parte significativa das novas propostas, cabendo, no entanto, uma análise da proximidade ou não entre discurso e prática.

Neste sentido, o objetivo desse trabalho foi verificar a apreciação dos agricultores sobre o serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) da Fundação Itesp em dois assentamentos, Santa Rosa e Rancho Grande, situados no Pontal do Paranapanema – Estado de São Paulo. Especificamente, buscou-se responder a duas questões: Este serviço atendia às expectativas de seu público? Características socioeconômicas interferiam na apreciação individual? Buscou-se, também, propor uma sistemática de consultas aos agricultores sobre a qualidade do serviço, na intenção de seu aprimoramento.

Este artigo insere-se no esforço coletivo de construir uma nova extensão rural pública, no âmbito das diretrizes emanadas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar, cujos mecanismos, em implementação, estão orientados para os objetivos do trabalho baseado no conhecimento da realidade local (para particularizar as formas de atendimento aos diferentes tipos de produtores), na integração da família ao trabalho na exploração do estabelecimento rural, no fortalecimento da segurança alimentar, na incorporação de práticas ambientalmente saudáveis, na racionalização do uso de insumos e equipamentos, no apoio à organização de comunidades, no estímulo à agregação de valor à produção, no incentivo à comercialização direta e no atendimento às demandas sociais das famílias (BRASIL, 2004).

2. Metodologia

2.1. Definição da área de estudo e da amostra

Preliminarmente selecionou-se a Coordenadoria Regional Oeste da Fundação Itesp por sua maior representatividade em número de assentamentos (61,3%) e famílias beneficiadas (53,0%) no estado de São Paulo. Para seleção dos assentamentos foram adotados os critérios de

tempo de implantação superior a cinco anos, número de famílias assentadas entre 60 e 150, diversidade produtiva (considerada a partir dos dados da safra 1999/2000) e proximidade geográfica, visando à otimização do tempo e recursos financeiros da pesquisa. Com estes critérios chegou-se aos assentamentos Rancho Grande, com 101 famílias e instalado em setembro de 1998, e o Santa Rosa, com 65 famílias e instalado em maio de 1992. Ambos encontram-se separados apenas pela rodovia de acesso à cidade de Euclides da Cunha Paulista, distando 3 km da sede do município (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2003).

Escolhidos os assentamentos, foram realizadas entrevistas qualitativas junto a seis assentados, selecionados intencionalmente por representarem a liderança local, a experiência de vida e de trabalho na agricultura (o agricultor mais jovem e o mais idoso), o desempenho econômico da exploração (um agricultor bem sucedido e outro em dificuldades econômicas), e um membro de um grupo associativo de produção que enfrentava dificuldades para desenvolver-se. O objetivo desta etapa foi estabelecer os parâmetros de avaliação do serviço de ATER segundo a percepção dos próprios agricultores assentados, os quais compuseram um questionário, com questões fechadas nos moldes da escala proposta por Likert, que foi aplicado a uma amostra aleatória estratificada por assentamento e por idade dos titulares dos lotes. Foram ouvidos setenta e três agricultores titulares de lotes ou cônjuge, vinte e nove no Santa Rosa e quarenta e quatro no Rancho Grande. O cálculo amostral seguiu Richardson (1999).

2.2. Definição das variáveis

O questionário, composto por três segmentos, abordou características sócioeconômicas das famílias, as produtivas e tecnológicas dos lotes e apreciações individuais sobre o serviço de ATER. Optou-se por mensurar a apreciação através da atitude que, segundo Richardson (1999), é uma predisposição para reagir positiva ou negativamente a um estímulo ou indagação.

O instrumento de medida utilizado foi uma escala Likert, que se refere a sentimentos associados a um objeto atitudinal (nesse caso, o

serviço de ATER da Fundação Itesp), expressos em termos de favorabilidade ou desfavorabilidade. Segundo Pereira (2001), essa escala tem sensibilidade a manifestações de qualidade, capta contrários, gradientes e situações intermediárias. As possibilidades de resposta aos itens atitudinais do questionário eram a concordância total ou parcial, indiferença, discordância parcial ou total, cujos escores variavam entre 5 e 1 ou entre 1 e 5 caso as assertivas fossem, respectivamente, de caráter positivo ou negativo. Em etapa seguinte, as cinco categorias foram reduzidas a três: apreciação positiva (escores predominantes 5 ou 4), indiferença (escore 3) ou apreciação negativa (escores 2 ou 1), com o intuito de simplificar a análise final dos dados. Este procedimento baseou-se em Pereira (2001) que aponta que é possível atribuir pesos às respostas de uma escala como a de Likert e, com isso, calcular uma média, interpretada como freqüência relativa ponderada, que transforma a categoria máxima do evento em unidade de medida. Esta média pode ser tomada por escala percentual de cobertura dos pólos semânticos.

Os dados sócioeconômicos foram categorizados e se transformaram em cinco variáveis sintéticas que expressaram: 1) *Experiência profissional do entrevistado* (EXP) - relação entre anos de vida e anos de experiência na agricultura; 2) *Ocupação do entrevistado anterior ao assentamento* (PAN) – compreendendo ocupações rurais (assalariado permanente e temporário, parceiro, arrendatário, pequeno proprietário de terra), ocupações urbanas (profissional da construção civil, da indústria, da saúde, dos transportes, de serviços), e outras ocupações (estudante e do lar); 3) *Escolaridade do entrevistado* (ESC) – distribuída entre as faixas até a 4ª série, de 5ª à 8ª série completa e de 1 a 3 anos de ensino médio; 4) *Renda do lote* (RLO) – resultado da subtração entre a renda familiar total mensal (em salários mínimos) e as rendas não agrícolas (inclusive pensões e aposentadorias); 5) *Força de trabalho do lote* (NPT) – soma do número de homens e mulheres com mais de 16 anos que trabalhavam no lote e faziam parte do núcleo familiar.

Os dados produtivos e tecnológicos, também categorizados, foram transformados em seis variáveis que sintetizavam, por lote, os seguintes aspectos: 1) *Produção principal* (PP) – percentual de participação de cada produto no valor da produção do lote, expresso em duas modalidades: produção agrícola ou produção pecuária; 2) *Grau de especializa-*

ção da produção (GE) – em duas categorias: lotes especializados na produção animal ou vegetal, e lotes diversificados, com produção animal e vegetal; 3) *Nível tecnológico adotado* (NIT) – considerou-se dois níveis tecnológicos tanto para a produção animal quanto vegetal[4].

Em relação aos dados atitudinais aglutinaram-se as variáveis em seis blocos temáticos: 1) *Filosofia de atuação* (FIL) – ênfase dada pela instituição aos trabalhos de fiscalização e burocrático dos técnicos; 2) *Organização do trabalho* (ORG) – tamanho e estabilidade das equipes, eficácia da comunicação técnico-assentado e técnico-técnico, e presença das equipes nos assentamentos; 3) *Método de trabalho* (MET) – freqüência e objetivo de atendimentos lote a lote, apoio a agrupamentos associativos de assentados, ênfase em capacitação técnica de assentados, dedicação do técnico a projetos de crédito e apoio à luta por melhorias no assentamento; 4) *Qualificação profissional* (QUA) – preparo, aprimoramento e adequação do trabalho técnico às necessidades cotidianas dos assentados; 5) *Postura profissional* (POS) – forma de tratamento técnico-assentado, interesse, compreensão e comprometimento do técnico com o cotidiano dos assentados; 6) *Expectativas pessoais* (ANS) – manifestação dos entrevistados acerca de suas expectativas em relação à utilidade do serviço de ATER, serventia do trabalho do técnico em escritório para o apoio ao trabalho de campo, tamanho e estabilidade das equipes técnicas, disponibilidade de horários, e à freqüência das visitas das equipes aos lotes.

2.3. Análise dos dados

Os dados sócio-econômicos, produtivos e tecnológicos foram trabalhados visando obter a caracterização da população estudada. Para tanto, calcularam-se as distribuições de freqüência, médias e desvios-padrão

[4] Na produção animal o primeiro nível tecnológico correspondeu ao uso de queimadas e pastagens não-plantadas e, o segundo ao uso de pastagens plantadas, mineralização do rebanho, divisão das pastagens, suplementação alimentar na seca e inseminação artificial. Na produção vegetal o primeiro nível tecnológico caracterizou-se pela ausência de uma ou mais das seguintes práticas: controle de erosão, calagem, adubação, rotação de cultivos e uso de defensivos. O segundo nível somou a essas práticas, as seguintes: a consorciação de cultivos, cultivo na entressafra, irrigação, sementes melhoradas, cultivo protegido, plantio direto ou transição agroecológica.

das variáveis. Para a análise conjunta dos dados sócio-econômicos, produtivos, tecnológicos e as apreciações individuais da ATER, – atendendo assim ao objetivo principal do trabalho–, adotou-se a Análise Fatorial de Correspondências Múltiplas, conforme Escófier e Pagès (1992), seguida do agrupamento dos indivíduos (agricultores assentados) pelo Método de Ward, de classificação hierárquica ascendente, descrito por Everitt (1993). Nestes procedimentos fez-se uso do programa computacional Logiciel d'Analyse des Donnés – SPAD Version 3,5.

Das dezesseis variáveis sintéticas elaboradas, oito foram definidas como ativas: ORG (Organização do trabalho), MET (Método de trabalho), QUA (Qualificação profissional), POS (Postura profissional), EXP (Experiência), RLO (Renda do lote), ESC (Escolaridade) e PAN (Profissão anterior). As demais foram mantidas como suplementares e usadas na caracterização da população estudada. Complementarmente, foram realizadas entrevistas com os técnicos extensionistas de ambos os assentamentos estudados, com o intuito de captar suas percepções quanto ao próprio trabalho e à comunidade em que atuavam.

3. Resultados e Discussão

3.1. Caracterização das famílias e dos lotes de produção

Em relação às características sócioeconômicas das famílias, verificou-se que os titulares dos lotes tinham média de idade próxima de 49 anos; 79,5% possuíam significativa experiência na agropecuária, superior a 20 anos, pois 73,9% eram trabalhadores rurais anteriormente à vinda para o assentamento. A escolaridade era relativamente baixa (71,2% haviam cursado, no máximo, até a 4ª série). A maioria dos lotes (79,4%) exibia força de trabalho com até três pessoas. A renda bruta familiar mensal era de até dois salários-mínimos para 86,2% das famílias e para 65,8% as rendas não-agrícolas eram de até 1/5 da renda mensal[5] (Tabela 1). Tratava-se, pois, de população que dedicou a maior parte de sua vida ao trabalho rural, mas com uma minoria significativa

[5] Para a estimativa da renda bruta familiar mensal considerou-se aposentadorias, pensões e demais rendimentos auferidos pelas famílias com programas sociais ou trabalho externo.

de pessoas com experiência de vida urbana. Este dado representou importante diferencial quanto à apreciação individual do serviço de ATER. Observou-se que havia necessidade de adequação da prática extensionista a uma realidade de reduzida escolaridade formal. Havia, também, relativa dificuldade de parte das famílias em trabalhar com sistemas de produção e tecnologias intensivos em mão-de-obra.

Tabela 1 – Características socioeconômicas das famílias nos assentamentos Santa Rosa e Rancho Grande. Município de Euclides da Cunha Paulista, Estado de São Paulo, 2004.

Variável	Média		Desvio-padrão	
	Santa Rosa	Rancho Grande	Santa Rosa	Rancho Grande
Idade do titular (anos)	49,9	48,5	12,3	12,4
Experiência do titular (anos)	35,8	34,8	14	16,1
Escolaridade titular (anos)	2,8	4	2,4	3,2
Força de trabalho (nº pessoas)	2,7	2,7	1,6	1,3
Renda familiar (salário mínimo)	1,3	1,6	0,8	0,9
Renda não-agrícola (%)	26,2	20,3	32	29,8

Fonte: Dados da pesquisa.

As características produtivas e tecnológicas dos lotes também apresentavam semelhanças nos dois assentamentos. Os três principais produtos comerciais eram o leite (produzido em 83,5% dos lotes), o algodão (em 63,0%) e a mandioca para indústria (em 37,0%). Apenas 2,7% dos lotes não produziam nenhum dos três comercialmente. Para o autoconsumo familiar, destacaram-se o milho (em 37,0% dos lotes), a mandioca para mesa (em 20,5%) e o feijão (em 15,1%), sendo que em 49,3% dos lotes não havia produção de autoconsumo de nenhum destes produtos. Observou-se que 82,2% dos lotes exibiam produção diversificada, ou seja, desenvolviam tanto pecuária quanto agricultura. Outros cultivos ou criações, além dos seis aqui relatados, também eram desenvolvidos em 19,1% dos lotes. Quanto ao nível tecnológico

adotado, verificou-se que 42,5% dos lotes adotavam tecnologia em nível elementar, caracterizado pela presença de lacunas técnicas, tanto na pecuária, quanto na agricultura, ou seja, a adoção de técnicas melhoradas (como rotação de pastagens ou a prática da calagem) junto a técnicas rudimentares (como uso do fogo ou a inexistência da adubação). Outros 46,5% tinham evoluído até a adoção de nível tecnológico melhorado numa das atividades (pecuária ou agricultura). Apenas 11,0% adotavam nível tecnológico melhorado em todas as atividades desenvolvidas.

3.2. Escala de avaliação da ATER: a percepção dos assentados

A análise das entrevistas qualitativas permitiu a proposição de uma escala de apreciação (avaliação) do serviço de ATER em assentamentos rurais a partir dos parâmetros apontados pelos próprios agricultores, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Escala de avaliação da ATER em assentamentos rurais.

Filosofia de trabalho	**MA**	**A**	**I**	**D**	**MD**
1 - É necessário dedicação ao trabalho de assistência técnica no assentamento.	-	-	-	-	-
2 - A assistência técnica tem pouca utilidade para o assentado.	-	-	-	-	-
3 - A fiscalização de irregularidades prejudica o relacionamento técnico-assentado.	-	-	-	-	-
4 - A fiscalização de irregularidades ajuda na organização do assentamento.	-	-	-	-	-
5 - O trabalho de escritório é importante para o andamento do trabalho a campo.	-	-	-	-	-
6 - O trabalho de escritório pouco ajuda a resolver os problemas do assentamento.	-	-	-	-	-
Organização do trabalho					
7 - O número de técnicos é pequeno.	-	-	-	-	-
8 - O aumento do número de técnicos melhora a qualidade da assistência.	-	-	-	-	-
9 - As trocas de técnicos são freqüentes.	-	-	-	-	-
10 - É melhor que os técnicos trabalhem mais tempo no mesmo assentamento.	-	-	-	-	-

11 - Os objetivos do trabalho dos técnicos são pouco claros para mim.	-	-	-	-	-
12 - Há um esforço em esclarecer os objetivos do trabalho dos técnicos.	-	-	-	-	-
13 - Os problemas do assentamento são encaminhados à diretoria do Itesp.	-	-	-	-	-
14 - A resolução dos problemas do assentamento é lenta.	-	-	-	-	-
15 - É difícil encontrar os técnicos no escritório.	-	-	-	-	-
16 - É importante haver horários de plantão dos técnicos.	-	-	-	-	-
17 - Demoro a ser atendido quando preciso de assistência em meu lote.	-	-	-	-	-
Metodologia de trabalho					
18 - O técnico vem poucas vezes ao meu lote.	-	-	-	-	-
19 - A presença freqüente do técnico no lote melhora a qualidade da assistência.	-	-	-	-	-
20 - O técnico dedica-se pouco a dar assistência às lavouras e criações.	-	-	-	-	-
21 - É importante o empenho do técnico em dar assistência às lavouras e criações.	-	-	-	-	-
22 - O técnico se dedica a trabalhar com grupos de interesse.	-	-	-	-	-
23 - Há poucos grupos de interesse trabalhando ativamente no assentamento.	-	-	-	-	-
24 - O técnico se dedica a trazer cursos para o assentamento.	-	-	-	-	-
25 - Os cursos dados são pouco práticos.	-	-	-	-	-
26 - O técnico se empenha em fazer projetos de financiamento.	-	-	-	-	-
27 - O técnico se empenha pouco em acompanhar os projetos financiados.	-	-	-	-	-
28 - Os projetos financiados têm permitido melhorar a renda dos assentados.	-	-	-	-	-
29 - O técnico se empenha em trazer melhorias para o assentamento.	-	-	-	-	-
30 - As melhorias necessárias ao assentamento são conquistadas lentamente.	-	-	-	-	-
Qualificação profissional do técnico					
31 - Os conhecimentos teóricos do técnico são pequenos.	-	-	-	-	-
32 - O técnico procura melhorar seus conhecimentos teóricos.	-	-	-	-	-
33 - O técnico procura unir a teoria e a prática em seu trabalho de assistência.	-	-	-	-	-
34 - O técnico tem trazido poucas soluções práticas para as lavouras e criações.	-	-	-	-	-
Características pessoais do técnico					
35 - O técnico desconhece a realidade do assentamento.	-	-	-	-	-
36 - O técnico demonstra interesse em conhecer a realidade do assentamento.	-	-	-	-	-

37 - É importante que o técnico dê a mesma atenção a todos os assentados.	-	-	-	-	-
38 - Alguns assentados são mais bem atendidos do que outros pelo técnico.	-	-	-	-	-
39 - O técnico procura compreender as dificuldades dos assentados.	-	-	-	-	-
40 - O técnico não se compromete com a solução das dificuldades dos assentados.	-	-	-	-	-

Fonte: Resultados da pesquisa.
Legenda: MA = concordância total; A = concordância parcial; I =indiferença; D = discordância parcial; MD = discordância totalmente.

A análise destes parâmetros de avaliação demonstrou que os assentados demandavam, em muitos aspectos, um serviço de ATER diferente daquele que existia. Atribulados por procedimentos burocráticos e uma mal-resolvida função fiscalizadora, sob todos os sentidos, incompatível com o mister do extensionista, os técnicos da Fundação Itesp dedicavam-se pouco ao acompanhamento das atividades produtivas dos lotes. Gomes (2003) discutiu amplamente esta questão, mostrando a angústia de técnicos da instituição por se perderem em meio à burocracia e deixar em segundo plano a atividade extensionista. Este parâmetro foi definidor do bloco de questões referente à filosofia de atuação da Fundação Itesp e foi abordado nos seis primeiros itens da escala.

Os assentados demandaram equipes técnicas mais numerosas e mais estáveis, e também aqui havia um distanciamento entre o desejado e o real: excessivamente concentrado na sede da instituição, na cidade de São Paulo, parte significativa do corpo técnico estava afastada dos assentamentos. O número de famílias que cabia a cada técnico assistir era, por mais que a instituição se esforçasse em justificar, excessivo. Profissionais como os médicos veterinários eram responsáveis por atender, às vezes, uma regional inteira. Este parâmetro foi levantado nos itens 7 a 10 da escala.

A comunicação entre os técnicos e os assentados e entre os técnicos e seus superiores também apareceram como preocupações dos entrevistados, na medida em que para muitos não estava claro o papel que o técnico desempenhava no assentamento e que muitas questões importantes pareciam se perder na burocracia da instituição. Observem-se, a esse respeito, os itens 11 a 14 da escala.

Outra demanda dos assentados era por uma maior facilidade em encontrar os técnicos, fosse no escritório, fosse mesmo no assentamento. À parte a vontade individual, a burocracia excessiva e a falta de diretrizes retiravam os técnicos de sua função principal freqüentemente, afastando-os de seu público. Os itens 15 a 17 da escala versaram sobre o assunto. Este e os dois parâmetros anteriores compuseram o bloco referente à organização do trabalho.

A demanda por atendimento individual, lote a lote, – embora contrária à política institucional –, expressa no *Cultivando Sonhos* (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998), era bastante clara, assim como o foco no apoio às atividades produtivas. Neste ponto, ficou evidente a divergência entre a orientação institucional e a expectativa do público atendido. Os itens 18 a 21 da escala trataram do assunto.

Foi bastante enfatizada a demanda pelo empenho dos técnicos em dar apoio aos grupos que eventualmente se formassem nos assentamentos, em promover atividades de capacitação e de, não só elaborar, mas também acompanhar tecnicamente os projetos financiados pelos bancos. Das declarações dos entrevistados ficou a certeza de que estas atividades aconteciam de forma não concatenada, ficavam soltas, sem relação prática umas com as outras (itens 22 a 28 da escala).

Outro parâmetro relacionou-se ao empenho dos técnicos em conquistar melhorias para os assentamentos. Masselli (1998) e D'Incao (1998) abordaram a questão do técnico militante que, por vezes, substituía o assentado na tarefa de reivindicar, e dos assentados que se submetiam a esse jogo paternalista. Neste ponto das entrevistas, ficou clara a impressão de que os entrevistados estavam transferindo para os técnicos uma responsabilidade que era somente sua, de lutar por seus próprios interesses. Os itens 29 e 30 da escala levantaram esta questão e formaram, com os dois parâmetros anteriores, o bloco de questões sobre a metodologia de trabalho.

O quarto bloco de questões, sobre a qualificação dos técnicos, composto pelos itens 31 a 34, tratava do conhecimento técnico dos extensionistas e sua adequação às necessidades da agricultura familiar. A esse respeito, Masselli (1998) já havia comentado sobre a inadequação dos currículos das faculdades de ciências agrárias para lidar com agricultura familiar e extensão rural; Gomes (2003) apontou a histórica

escassez de investimentos da Fundação Itesp no treinamento de seu corpo técnico, o que ocorria "na marra", no dia-a-dia dos assentamentos; e Pinto (2005) comentara sobre o viés homogeneizante da atuação dos técnicos, por desconsiderarem a diversidade produtiva presente nos assentamentos.

O último bloco de questões referia-se à postura pessoal do técnico ante a comunidade assentada. Os itens 35 a 40 abordaram o assunto. Quatro parâmetros foram definidos: a) necessidade de os técnicos conhecerem a fundo a realidade dos assentamentos, como destacou Freire (1977), ou seja, o técnico só poderia atuar de maneira efetiva numa realidade por ele conhecida; b) exigência por tratamento sem distinções; c) atitude compreensiva; e d) compromisso com a resolução de problemas. Ficou evidente o tom crítico da comunidade assentada aos extensionistas no tocante a esses temas.

Embora a indicação desses últimos parâmetros para compor a escala pudesse indicar a existência de preferências pessoais da parte dos técnicos e uma postura excessivamente rígida na relação com os assentados, outra leitura era possível: Masselli (1998) comentara sobre a necessidade de muitos assentados em ser o técnico um *amigo,* que os colocasse vantajosamente em relação aos demais assentados e tratasse complacentemente suas pequenas (ou grandes) faltas. É preciso insistir na condição de que o técnico não seja um *amigo*, mas um profissional que acredite na capacidade de cada assentado e que, por isso mesmo, não os trate com complacência. Esta sim é a negação da crença do técnico nos assentados.

Enfim, as principais críticas feitas ao trabalho dos técnicos e da instituição foram a ênfase em fiscalização, tarefas burocráticas ou somente de assistência técnica específica e pontual; equipe de tamanho reduzido e não estável; e necessidade de melhor qualificação profissional, atitude compreensiva e compromissada dos técnicos com os assentados. Seria preciso aumentar a eficácia da comunicação técnico-assentado, o apoio a grupos associativos, a dedicação à capacitação de agricultores, o acesso a financiamentos bancários, para aquisição de melhorias para o assentamento, igualdade no tratamento e conhecimento da realidade.

Os entrevistados demonstraram conhecimento parcial das atribuições da equipe, demandando presença mais constante, atuação de caráter

mais técnico junto às famílias e aos grupos, e maior presteza no atendimento. Ao mesmo tempo solicitaram da equipe sentimentos de amizade e complacência. Ainda assim, foram claros ao identificar as deficiências mais sentidas na atuação da equipe e no que esperavam dela.

Parte desses parâmetros, como a comunicação eficiente, a busca do conhecimento da realidade local e o apoio à organização e à capacitação da comunidade, encontram-se dentre os princípios e orientações metodológicas previstas no *Cultivando sonhos* (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1998). Entretanto, como os agricultores adotaram parâmetros não elencados na metodologia da instituição, e como a publicação prevê princípios não citados pelos primeiros, pode-se indagar se não estaria aí um sintoma da falta de melhores canais de comunicação entre ambos.

Em relação às apreciações individuais sobre o serviço de extensão rural, observou-se o seguinte quadro: os escores médios mais próximos a 5 refletiam as expectativas dos agricultores em relação ao serviço; aqueles ao redor de 3 refletiam situações ou de forte polaridade de opiniões ou de grande incidência de respostas no campo da indiferença; os mais próximos de 1 refletiam as maiores críticas à atuação dos técnicos e/ou da instituição.

As principais expectativas relacionavam-se à ampliação e melhoria do acompanhamento técnico às atividades produtivas, à ampliação e estabilidade das equipes, à necessidade da presença mais constante dos técnicos nos lotes, à existência de plantões, à necessidade de forte atuação contra irregularidades e de tratamento igual a todos os agricultores.

Observou-se polaridade de opiniões em relação à facilidade de encontrar os técnicos, ao seu empenho na comunicação com os agricultores, à sua postura ante a comunidade (empenho no conhecimento da realidade local, comprometimento e outras).

Foi marcante o grau de indiferença em questões referentes à qualificação do técnico, ao empenho no apoio a grupos associativos e nas atividades de capacitação de agricultores, e à qualidade dessas atividades. Nesse caso, a indiferença foi um sintoma de que os contatos de caráter técnico entre parte dos agricultores e o extensionista eram limitados. Em razão disso, aqueles que não tinham esse contato não possuíam elementos para reagir positiva ou negativamente, manifestando-se indiferentes.

As maiores críticas eram dirigidas à demora no encaminhamento dos problemas locais e na conquista de melhorias para a comunidade (embora estas nem sempre fossem de responsabilidade da Fundação Itesp), ao reduzido número de técnicos disponíveis, à demora no atendimento quando solicitada a presença do técnico, à inexistência de grupos de interesse, ao pequeno empenho no acompanhamento técnico das atividades produtivas e na divulgação de tecnologias mais adaptadas à realidade dos assentamentos.

3.3. Percepção quanto ao próprio trabalho: a avaliação dos técnicos

No tocante à avaliação do próprio trabalho, os técnicos tenderam a se assemelhar, apesar de algumas variações em respostas específicas. Ressalte-se o tom crítico adotado por eles em certos aspectos do trabalho da Fundação Itesp e o grau de convergência com as respostas dos agricultores assentados em questões referentes a: a) importância do trabalho de assistência técnica às atividades produtivas dos lotes; b) tamanho e estabilidade das equipes; c) necessidade de plantões técnicos; d) lentidão na solução de problemas locais e conquista de melhorias; e) necessidade de igualdade no tratamento dispensado pelo técnico aos assentados; f) empenho dos técnicos em elaborar projetos de crédito e ao seu benéfico efeito sobre a renda das famílias, dentre outros.

Paralelamente, ocorreram diferentes graus de divergência entre técnicos e assentados, em questões referentes a: a) efeito do trabalho de escritório e de fiscalização; b) qualificação profissional dos técnicos; c) conhecimento da realidade local; d) facilidade de encontrá-los no lote ou no escritório; e) empenho em visitar os lotes; f) fomentar a organização de grupos; g) elaborar atividades de capacitação para assentados; h) acompanhar os projetos financiados; i) lutar por melhorias para o assentamento, dentre outros.

Sem perder de vista que questões estruturais e políticas interferem sobremaneira na apreciação que os assentados fazem da atuação da Fundação Itesp, considera-se que nestes pontos de vista divergentes reside um importante potencial de aprimoramento do serviço de ATER.

A consulta aos relatórios anuais de atividades da instituição evidenciou divergência de pontos de vista também entre ela e os agricultores assen-

tados, concentrada na valorização dos aspectos quantitativos da atuação pela primeira, e dos qualitativos, pelos segundos. Também esta divergência precisa ser superada para aprimorar a qualidade do serviço prestado.

3.4. Tipologia de assentados na avaliação da ATER

A aplicação da análise fatorial de correspondências múltiplas às variáveis selecionadas resultou na identificação de cinco eixos fatoriais significativos, representado 65,09% da inércia total dos dados. Os dois primeiros eixos responderam por 35,63% da inércia total, sendo que as variáveis ORG, MET, QUA e POS, todas atitudinais, explicaram 77,2% da inércia associada ao primeiro eixo (F1), o que o caracteriza como o fator da manifestação da *atitude individual* (ou avaliação) dos assentados em relação à ATER. Já as variáveis EXP, PAN, ESC e RLO, sócioeconômicas, explicaram 91,9% da inércia associada ao segundo eixo (F2) e, por isso, o caracterizam como o fator expressivo da *origem e situação* do assentado.

A análise de agrupamento, pela classificação hierárquica ascendente, mostrou a existência de sete grupos homogêneos quanto às características sócioeconômicas e apreciações individuais.

O grupo 1 foi constituído por 5 indivíduos (6,8% do total), todos relativamente jovens, com idades entre 26 e 45 anos, do sexo feminino, com escolaridade significativamente maior (três chegaram até o ensino médio), baixíssima experiência agropecuária (eram donas de casa ou estudantes antes de mudar para o assentamento) e renda familiar em patamar superior, variável entre 1,2 e 5,0 salários-mínimos mensais. Predominava a atividade leiteira e a apreciação negativa sobre o serviço de ATER. Por estas razões denominou-se o grupo de *assentados com alta escolaridade, baixa experiência agropecuária e apreciação negativa.*

No grupo 2, seus 3 componentes (4,1%) exibiam idades entre 18 e 73 anos, baixa escolaridade, eram trabalhadores rurais antes de sua vinda para o assentamento, mas desempenhavam funções externas ao lote à época da pesquisa. A renda familiar era bastante variável, entre 0,8 e 5,0 salários-mínimos mensais. Predominava no lote a atividade leiteira e, também, a apreciação negativa sobre a ATER. Foi denominado de *assentados com baixa escolaridade, atividades externas ao lote e apreciação negativa*.

O grupo 3, com 17 indivíduos (23,3%), recebeu o nome de *assentados com baixa escolaridade, maior experiência agropecuária e apreciação positiva,* devido a características como idades entre 34 e 74 anos, baixa escolaridade, tendo todos os entrevistados experiência agropecuária relativamente maior. A renda familiar variava entre 0,5 e 3,0 salários-mínimos mensais, e quase todos tinham no lote sua principal fonte de sustento. Quase todos eram produtores mistos de leite e mandioca e/ou algodão. A apreciação foi fortemente positiva sobre o serviço da ATER.

No grupo 4 ficaram os *assentados com escolaridade média, experiência agropecuária média e apreciação positiva*, num total de 10 indivíduos (13,7%), com idades entre 30 e 44 anos (apenas dois com pouco mais de 50 anos), escolaridade tendendo à média (cinco deles tinham 5, 6 ou 7 anos de estudo e um chegou ao ensino médio) e em sua maioria eram trabalhadores rurais antes da vinda para o assentamento. Sua experiência agropecuária exibia extremos de 17 e 35 anos, renda familiar variável entre 0,5 e 2,3 salários-mínimos mensais. Quase todos retiravam do lote a maior parte de seu sustento. Predominavam produtores mistos de leite, milho (alguns para silagem) e algodão e/ou mandioca. Predominou a apreciação positiva sobre o serviço de extensão rural.

O grupo 5, composto por 8 indivíduos (11,0%), recebeu a denominação de *assentados com renda familiar baixa, experiência de vida urbana e apreciações entre negativas e positivas*, tendo em vista as idades variando entre 31 e 61 anos, escolaridade entre baixa e média, experiência agropecuária entre 15 e 52 anos e as ocupações urbanas de todos anteriormente à vinda para o assentamento. A renda familiar mensal era baixa (entre 0,5 e 1,0 salário-mínimo) e somente um deles não retirava do lote a maior parte de seu sustento. Este grupo apresentou a produção mais diversificada, sendo que quase todos produziam leite, milho, mandioca e algodão, além de outros produtos em menor escala. A apreciação sobre o serviço de extensão rural variou entre negativa e positiva.

O grupo 6, dos *assentados de meia idade, baixa escolaridade, maior experiência agropecuária e apreciação negativa*, com 10 indivíduos (13,7%) de meia idade, entre 41 e 55 anos, todos com baixa escolaridade e trabalhadores rurais antes de se mudarem para o assentamento, possuíam grande experiência agropecuária (entre 24 e 43 anos), suas rendas familiares variavam entre 0,5 e 2,0 salários-mínimos mensais e a

maioria retirava de seu lote a maior parte do sustento. Eram produtores mistos de leite mais mandioca e/ou algodão, havendo também uma produção menor de milho e/ou feijão. A apreciação foi predominantemente negativa em relação ao serviço de extensão rural.

O grupo 7 foi denominado *assentados com renda familiar baixa, escolaridade baixa, com atividades externas ao lote e apreciação negativa*, devido aos seus 20 componentes (27,4%) com idades entre 29 e 78 anos, e experiência agropecuária entre 21 e 68 anos. Predominavam os que já eram trabalhadores rurais antes de vir para o assentamento. A renda familiar era variável, havendo uma ligeira concentração no intervalo entre 0,5 e 1,5 salários-mínimos. A escolaridade tendia a ser baixa. Embora a maioria retirasse do lote grande parte de seu sustento, havia uma significativa minoria (próxima dos 40%) que possuía rendas não-agrícolas importantes. Eram produtores quase exclusivos de leite e/ou algodão. Sua apreciação foi fortemente negativa.

Em síntese, observou-se que os grupos 3 e 4 , de apreciações mais positivas em relação ao serviço de extensão rural, representando 37,0% dos assentados, foram compostos por pessoas com idades variáveis (com leve concentração de jovens), experiência agropecuária e escolaridade entre baixa e média, e rendas bastante variáveis extraídas dos lotes (com tendência a concentração em valores médios). A maioria deles dependia quase exclusivamente dessas rendas. Predominavam os produtores mistos. Já os grupos 1, 2 e 7, de apreciações mais negativas, e representando 38,3% dos agricultores assentados, foram compostos por pessoas com idades variáveis, com predominância de mulheres jovens e homens de meia-idade, escolaridade entre baixa e média (alta entre as mulheres), experiência agropecuária tendendo a alta entre os homens e baixíssima entre as mulheres, renda variável e produção menos diversificada (vários casos de especialização). Muitos dependiam de rendas externas aos lotes. Os grupos 5 e 6, representando 24,7% dos entrevistados, tinham apreciações oscilando entre negativas e positivas. Esses grupos eram compostos por pessoas com idades entre 31 e 61 anos, experiência agropecuária variando entre 15 e 52 anos, predominantemente com baixa escolaridade, rendas familiares variando entre 0,5 e 2,0 salários-mínimos mensais. Nestes grupos concentraram-se pessoas com experiências urbanas de vida. Apresentavam produção mais diversificada.

4. Considerações finais

Observou-se que alguns pontos de vista dos agricultores assentados pesquisados divergiam daqueles dos técnicos, e também da instituição, residindo nisso parte considerável de seu tom crítico nas considerações sobre o serviço da ATER. Há necessidade de aprofundar o diálogo, tanto entre agricultores e técnicos, quanto entre agricultores e instituição.

A parcela dos assentados com apreciações mais negativas sinalizou a necessidade de o serviço de ATER da Fundação Itesp flexibilizar suas abordagens aos diferentes públicos, cujas distintas características socioeconômicas, produtivas e tecnológicas demandam novas formas de atuação. Ficou evidente que haviam grupos insatisfeitos com o serviço da ATER em ambos os assentamentos rurais pesquisados, principalmente: a) mulheres, cujas demandas por questões relativas a fatores como saúde, educação e segurança alimentar estavam além do que o isolamento institucional da Fundação Itesp permitia atender; b) pessoas com baixa experiência agropecuária, cuja necessidade de retomar o contato com a terra e de reaprender a organizar a produção demandavam atuação de caráter mais educacional que tecnicista; c) pessoas com atividades externas ao lote, cujos horários incompatíveis com os dos técnicos criavam desencontros e descontinuidades; a própria política da Fundação Itesp, de coibir estas atividades, gerava animosidades; e d) pessoas com maior nível educacional, cuja visão mais empresarial estava além da diretriz de resgate da cidadania emanada pela instituição.

Com isso, foi possível responder às perguntas que motivaram esse trabalho: o serviço de extensão rural da Fundação Itesp não correspondia às expectativas de seu público, e as características socioeconômicas exerciam influências na apreciação individual dos agricultores. É necessário colocar em prática os princípios e orientações metodológicas expressos na série *Cadernos Itesp,* ampliando o diálogo e a descoberta das realidades locais como forma de aprimorar a qualidade do serviço de extensão rural. Um caminho possível é mensurar o nível de demandas e de satisfação do público nos assentamentos. A sistemática de consultas aqui proposta e testada pode servir a esse propósito.

Este trabalho se encerra com a certeza de que um longo caminho

já foi percorrido em prol do resgate de milhares de famílias paulistas da exclusão social, mas também de que há outro caminho ainda mais extenso até o completo resgate de sua cidadania, que passa por um competente serviço de extensão rural.

5. Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2004. 23 p. Disponível em < www.mda.gov.br >. Acesso em 23 set. 2005.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Reforma agrária**. [s.l.], v. 24, n. 3, p. 70-90, set/dez, 1994.

_____ Agroecologia e desenvolvimento sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v.1, n. 1, p. 16-37, jan/mar, 2000.

D'INCAO, Maria Conceição. Assentamentos rurais do estado de São Paulo: notas sobre os impasses da assessoria técnica estadual. In: INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cultivando sonhos**: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária. São Paulo: Itesp, 1998. 112 p.

ESCÓFIER, Brigitte; PAGÈS, Jérôme. **Analisis factoriales simples y múltiples**: objetivos, métodos e interpretación. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del Pais Vasco, 1992. 285 p.

EVERITT, Brian S. **Cluster analysis**. 3ª ed. Londres: Hodder & Stoughton Limited, 1993. 170 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Tabela de assentamentos**. Disponível em < www.itesp.sp.gov.br >. Acesso em 13 nov. 2003.

GOMES, Maria Judith M. **Estudo sobre a consciência política dos técnicos da extensão rural em assentamentos do estado de São Paulo**.

161 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cultivando sonhos**: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária. São Paulo: Itesp, 1998. 112 p.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde S.; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela (coord). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Editora Unesp, 2004. 391 p.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão rural entre os sem terra**. Piracicaba: Ed. Unimep, 1998. 166 p.

PEREIRA, Júlio C. R. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2001. 154 p.

PINTO, Abelardo G. **A construção de uma nova extensão rural**: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo. 114 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PINTO, Leonardo B. **A importância da diversidade entre os iguais**: um estudo de caso da assistência técnica e extensão rural em um assentamento no Pontal do Paranapanema-SP. 127 p. Dissertação (Doutorado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **X World Congress of Rural Sociology e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, 2000. CD-Rom.